

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de controle de pragas e vetores, dedetização e desratização com fornecimento de mão de obra e matéria prima necessárias ao tratamento químico, a ser realizado no Paço Municipal, Gabinete do Prefeito e Almoxarifado Central por um período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA.

Justifica-se a necessidade da contratação com uma empresa especializada nos serviços de dedetização em geral, a fim de exterminar todo e qualquer tipo de inseto, praga e roedor em toda a área interna e externa Paço Municipal, Gabinete do Prefeito e Almoxarifado Central, buscando manter os ambientais de trabalho em bom estado de salubridade, visando a segurança dos servidores.

3. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO
01	DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO – Serviço de dedetização, descupinização e desratização, com barreira química interna e externa, contra diversos tipos de insetos rasteiros, cupins e roedores (formigas, moscas, mosquitos, escorpiões e ratos) em toda a dependência do Paço Municipal, Gabinete do Prefeito e Almoxarifado Central.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I.A contratada executará os serviços de dedetização, descupinização e desratização necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, moscas, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes porventura existentes nas dependências de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.

4.1. Do processo de atuação:

A CONTRATADA deverá agendar visita, aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo apresentar uma programação, na qual deverá constar:

- Plano completo de execução dos serviços;
- Tipo de composto químico a ser utilizado em cada área específica do prédio.
- Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, moscas, formigas, mosquitos e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes;
- Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;
- Eliminar e prevenir a proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.
- Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses e devem ser cadastrados pelos órgãos controladores pelo Governo, como ANVISA e

sua manipulação e descarte são responsabilidade da empresa contratada. Quando decorrido esse prazo, deverá ser feita uma nova aplicação.

g) A CONTRATADA deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a CONTRATANTE.

h) As aplicações de reforço serão realizadas caso ocorram infestações no intervalo compreendido entre uma aplicação e outra, mediante solicitação prévia e sem ônus para a CONTRATANTE.

i) As empresas deverão fornecer comprovantes de execução de serviço e fixar em local visível o “comprovante de execução dos serviços”, em consonância com o que versa a RDC nº 18/200.

j) Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:

- a. Não causarem manchas;
- b. Serem antialérgicos;
- c. Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d. Serem inofensivos a saúde humana;
- e. Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total anti toxicidade, inodoro, após no máximo de 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- f. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado Órgão.
- g. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substancia Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.

5. DO PRAZO E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. Os serviços serão executados no Paço Municipal e Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro em São José do Vale do Rio Preto e Almoxarifado localizado na Rua Coronel João Limongi, 153, Estação em São José do Vale do Rio Preto.
- II. O Paço Municipal possui aproximadamente 1.000m² de área construída com dois pavimentos, Gabinete do Prefeito possui aproximadamente 130 m² com dois pavimentos e o Almoxarifado possui aproximadamente 200 m².
- III. A contratada deverá executar o serviço de mão de obra especializada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da entrega do empenho, devendo ser previamente agendado com setor técnico;
- IV. O serviço deverá ser executado mensalmente de acordo com o que estabelece a Lei 7.806/2017;
- V. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado conforme Lei 14133/21.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o serviço discriminado neste Termo de Referência mensalmente;

- 6.2. Dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;
- 6.3. Disponibilizar mão de obra, materiais e equipamentos em quantidades necessárias a perfeita execução dos serviços.
- 6.4. Ter em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar o registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade a Resolução RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA;
- 6.5. Utilizar equipamentos em número suficiente para aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação, bem como. Contar com equipamentos reservar para possíveis substituições em caso de defeito;
- 6.6. Refazer, às suas expensas, os serviços que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica;
- 6.7. Não expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados;
- 6.8. Manter seu pessoal uniformizado, limpo, identificando-os através de crachás, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI’S, bem como obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade;
- 6.9. Não armazenar os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos na unidade do CONTRATANTE.
- 6.10. Assumir total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da CONTRATADA, esta promoverá a quem de direito o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços.
- 6.11. Responsabilizar-se por todos os danos ou prejuízos que vier a causar ao CONTRATANTE, seus bens, pessoas ou bens de terceiros, em decorrência do descumprimento das condições aqui definidas ou por falha na execução dos serviços ou por emprego de materiais inadequados.
- 6.12. Arcar com todas as despesas referentes a custos com os materiais e mão de obra;
- 6.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.
- 6.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste termo de referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.2. Solicitar a substituição do equipamento ou funcionário, caso se comprove a má qualidade ou mau desempenho dos mesmos.
- 7.3. Indicar as áreas onde os serviços serão executados e prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 7.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência, manifestando-se por intermédio do fiscal do contrato, quando necessária a correção de quaisquer falhas detectadas;
- 7.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

- 6.15.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante Setor Técnico, juntamente a um representante da Secretaria de Administração, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo darão ciência à Administração.
- 6.16.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.17.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias;
- 9.2. Para faz jus ao pagamento a empresa contratada obriga-se a comprovar sua regularidade junto ao INSS, FGTS e Débitos Federais.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Além das sanções previstas na lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa.

- 10.1. Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado.
- 10.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
- 10.3. Pelo retardamento na realização dos serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
- 10.4. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não realizados ou realizados em desacordo com as especificações técnicas;
- 10.5. Pelo cancelamento do presente contrato por culpa da CONTRATADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;
- 10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;
- 10.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 10.8. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;
- 10.9. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;
- 10.10. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

São José do Vale do Rio Preto, em 16 de abril de 2024.

Claudia de Castro Pacheco
Secretaria de Administração